

Nicolò Machiavelli: a ordem e a violência

Eduardo Mei*

Maldito, satânico, polêmico, Nicolò Machiavelli foi vítima dos mais diversos epítetos, e sua obra - aplicada, distorcida, condenada - objeto de inúmeros comentários e estudos. Em meio à diversidade de opiniões, entretanto, é consenso que o filósofo florentino é o inaugurador da teoria moderna do Estado. Foi aliás o próprio Machiavelli que introduziu a noção de Estado no pensamento político.¹ Não há dúvida tampouco da importância que ele atribui à força - ou às "armas" - na organização do Estado. Nossa intenção nesse trabalho é justamente examinar em linhas gerais a relação entre a política e a força em sua obra. Em outras palavras, trataremos do uso da violência pela política. Obviamente, tal estudo remete tanto a seu âmbito policial como àquele da guerra e da organização militar, e não é casual que Machiavelli seja considerado também o fundador da Estratégia moderna. Não é mera coincidência tampouco que a teoria moderna do Estado implique uma nova teoria da Estratégia.² O ocaso da ordem feudal exigia a instauração de uma nova ordem estatal e militar, porém sua obra vai a raiz do fato político - a legitimidade do uso da violência - e transcende os limites históricos que a motivaram. Por isso, a análise da complexa relação entre política e violência na obra de Machiavelli é fundamental para a compreensão do fenômeno político.

* Membro do Núcleo de Estudos Estratégicos e mestrando no Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

¹BOBBIO, N. *Teoria das formas de governo*. Brasília, UnB, 1986, livro I, cap. 2

²A respeito da adequação entre o modelo de Estado e a Estratégia ver SAINT-PIERRE, Héctor L. "Adequação entre concepção estratégica e modelo de Estado". In: *Política e Estratégia*, vol. VIII, nº 2 a 4, Editora Convívio, abr-dez/1990.

A situação italiana e a teoria da *anacyclósis*

A principal preocupação de Machiavelli é a fundação de uma nova ordem estatal. Na sua época, a desordem reinava nas cidades italianas que eram o exemplo mais acabado de decadência e podridão, de corrupção política, institucional e moral. O comércio empreendido no Mediterrâneo, a prosperidade e a circulação monetária solapavam os alicerces da sociedade feudal agonizante. Os valores nobilitários iam sendo substituídos por valores mercantis e a base política daquela sociedade deixava de ser a gleba para ser a cidade. O início das expansões ultramarinas coincide na Europa com uma disputa pela hegemonia política e econômica que duraria séculos. A inexistência de um Estado nacional fazia das prósperas cidades italianas uma presa fácil dos "Estados bárbaros estrangeiros" (França, Alemanha e Espanha).³ Todavia, a interpretação que Machiavelli fazia da sua época não passava pela convergência da crise da economia feudal com as disputas pela soberania e hegemonia política na Europa. Fazendo eco à concepção pagã da história, o que lhe interessava eram os "ciclos" históricos de cada Estado. Segundo essa concepção, que remonta a Aristóteles e chega a Machiavelli através de Políbio, cada Estado passaria por seis formas de governo das quais três boas e três más.⁴ A monarquia e a tirania seriam respectivamente a forma boa e a má do governo de um só; a aristocracia e a oligarquia, as referidas formas do governo de poucos; a democracia e a permissividade, as formas do governo de muitos. Porém, se tirania, oligarquia e permissividade eram essencialmente más, monarquia, aristocracia e democracia eram más pela sua instabilidade ou efemeridade. Monarquia, tirania, aristocracia, oligarquia, democracia e permissividade se sucederiam completando e reiniciando o ciclo. Atingindo o seu ponto mais baixo, "onde não se temem nem os homens privados nem os públicos"⁵, os homens voltam ao império de um só, reiniciando um novo ciclo. A *anacyclósis* enquanto tal é portanto uma concepção pessimista da história.

³Assim como as cidades-Estados gregas sucumbiram ao imperialismo persa.

⁴A respeito da teoria das formas de governo ver BOBBIO, Norberto. Op. cit.; e SASSO, Genaro. "La teoria dell'anacyclósis". In: *Studi su Machiavelli*, Napoli, Marano, 1967.

⁵MACHIAVELLI, N. "Discorsi supra la prima deca de Tito Livio". In: *Il Principe e le deche*, Milano, Casa Editrici Bietti, s.d., livro I, cap.2. (Todas as traduções referentes a Machiavelli foram feitas pelo autor. Uma tradução menos literal foi publicada pela editora da UnB, sob a responsabilidade de Sérgio Bath.)

Uma leitura apressada poderia nos levar a crer que o homem é vítima de uma história fatal e que a roda da fortuna cumpre rigorosa e inelutavelmente o seu curso. Efetivamente, tudo no mundo sublunar está sujeito à corrupção e as obras dos homens, os Estados e constituições políticas não escapam a essa regra. Todavia Machiavelli não é um profeta apocalíptico. A corrupção do Estado e de suas instituições pode ser minimizada desde que os legisladores sejam sábios. Assim, às seis formas clássicas de governo acrescenta-se a república, de constituição mais sólida e estável.⁶ Nesse sentido, a *anacyclósis* representa não uma concepção fatalista da história, mas um processo de degeneração que pode ser minimizado pela sabedoria dos legisladores. Além disso, a *anacyclósis* não considera fatores externos ao Estado, mas unicamente o processo histórico que se dá no seu interior. A história, como Machiavelli nos apresenta, é bem mais complexa e sinuosa do que a *anacyclósis* nos faria supor. A *anacyclósis* é demasiadamente ampla para ser aplicada *tout court* a situações históricas específicas. Ainda assim ela representa simplificada o processo de corrupção ao qual estão sujeitas todas as constituições políticas inclusive a república.

Constatada a corrupção que degenera todas as instituições, fica evidente o caráter dramático da análise política de Machiavelli. Com efeito, embora a segurança e a liberdade dos cidadãos dependa da preservação do Estado e da *virtú* de suas instituições, alerta-nos Machiavelli que tais Estados

"raras vezes retornam aos mesmos governos, pois quase nenhuma república tem tanta vitalidade que possa sofrer muitas vezes as mesmas vicissitudes e permanecer em pé. Mas ocorre que vivendo uma república na falta de conselho e força torna-se súdita de um Estado que seja melhor ordenado pelas leis".⁷

Aos olhos de Machiavelli, as cidades italianas no Renascimento se caracterizavam perante os Estados estrangeiros justamente por uma fragilidade decorrente das suas debilidades internas: ausência de autoridade do soberano ou dos governantes, ausência de autoridade legal e institucional, corrupção generalizada dos

⁶Id., ib. A estabilidade e durabilidade das constituições é um dado fundamental para julgar a sua *virtú*. Machiavelli toma como modelo constituições que duraram séculos.

⁷Id., ib.

costumes, desunião, inexistência de espírito nacional, etc. No capítulo XXVI de *O Príncipe*, ele resume seu parecer:

"assim no presente, querendo conhecer a *virtù* de um espírito italiano, era necessário que a Itália tivesse chegado aos termos em que chegou, e que estivesse mais escravizada que os hebreus, mais oprimida que os persas, mais dispersa que os atenienses, sem chefe, sem lei, batida, espoliada, lacerada, invadida e que tivesse suportado ruína de toda sorte".⁸

É essa a ocasião que a fortuna oferece ao homem virtuoso para que ele se cubra de glória fundando uma nova ordem estatal. Para Machiavelli tal fundação é necessariamente obra de um homem só.

O príncipe e a fundação do Estado

O problema da fundação do Estado foi formulado por Machiavelli nos *Discorsi* e desenvolvido em *O Príncipe*.⁹ Segundo ele, é necessário que um homem só imprima a forma e o espírito do qual depende a organização do Estado, pois a diversidade de opinião obscurece o pensamento.¹⁰ No trecho acima ele considera a fundação de um Estado quando o povo ainda não se corrompeu, mais adiante ele tratará de uma situação mais dramática, na qual ele considera a dificuldade de um povo corrompido manter a liberdade:

"Deve-se pressupor por coisa veríssima, que uma cidade corrupta que vive sob um príncipe, ainda que aquele príncipe com toda sua estirpe seja destruído, jamais se tornará livre, antes ocorre que um príncipe destrua outro. (...) Porque uma cidade que vem em declínio por corrupção da matéria, se ocorre de se levantar, ocorre pela *virtú* de um homem que é vivo ainda, não pela *virtú* do universal que sustente as boas instituições; e logo que aquele morresse, ela retornaria ao seu antigo hábito; (...) a causa é que não pode haver homem de tanta vida, que o tempo lhe bastasse a habituar bem uma cidade muito tempo

⁸MACHIAVELLI, N. *Il principe*. Op. cit., cap 26.

⁹Tomo aqui como pressuposto que, quando redigiu *O Príncipe*, Machiavelli já tinha escrito o livro I dos *Discorsi* e ainda não tinha iniciado o livro II do mesmo. Norberto BOBBIO (op. cit., p. 89) também trabalha com essa hipótese. A esse respeito, bem como a respeito das condições em que foi redigido *O Príncipe*, ver o estudo de SASSO, Genaro. "Problemi di critica machiavelliana". Op. cit.

¹⁰MACHIAVELLI, N. *Discorsi*. Livro I, cap. 9, passim.

mal habituada. E se um de uma longuíssima vida, ou duas sucessões virtuosas contínuas não a reformam, como uma falta sua, como acima é dito, logo desaba, se já com muitos perigos e muito sangue não a fizesse renascer. Porque tal corrupção e pouca aptidão para a vida livre nasce de uma desigualdade que há naquela cidade, e querendo torná-la igual, é necessário usar meios extraordinários, os quais poucos sabem ou querem usar, como em outro lugar mais particularmente se dirá".¹¹

Em seguida, Machiavelli tratará de como restituir a liberdade nessas cidades. Há duas soluções possíveis que, contudo, enfrentariam dificuldades quase insuperáveis. A primeira é a reforma parcial promovida por um homem esclarecido que reconheça as dificuldades logo que elas surjam. Todavia, sozinho "jamais ele conseguiria convencer os cidadãos dos vícios identificados pela sua previsão".¹² A segunda solução parece mais palpável aos olhos do próprio Machiavelli:

"Quanto a inovar essas instituições de uma vez, quando cada um reconhece que não são boas, é difícil recorri-la, porque para fazê-lo não basta usar os meios ordinários [isto é, legais, institucionais], sendo os modos ordinários ruins, mas é necessário recorrer ao extraordinário, como é a violência e as armas, e tornar-se antes de mais nada príncipe daquela cidade, e poder dela dispor a seu modo".¹³

Logo em seguida, formula a problemática que depois será desenvolvida em *O Príncipe*:

"E porque reordenar uma cidade no viver político, pressupõe um homem bom, e o tornar-se pela violência príncipe de uma república pressupõe um homem mau, por isto ocorrerá que raríssimas vezes aconteça que um homem bom queira tornar-se príncipe por vias más, ainda que o seu fim seja bom; e que um criminoso, tornado príncipe, queira fazer o bem, fazendo bom uso de uma autoridade mal adquirida. De todas as coisas supra-citadas nasce a dificuldade ou impossibilidade que é, na cidade corrupta, manter uma república ou criá-la de novo. E quando se tivesse de criá-la ou mantê-la, seria necessário conduzi-la mais para o estado régio que para o popular, de modo que aqueles homens que pela sua insolência não podem ser corrigidos pela lei, fossem de outro modo freados por uma autoridade quase régia."¹⁴

¹¹Id., livro I, cap. 17.

¹²Id., livro I, cap. 18.

¹³Id., ib.

¹⁴Id., ib.

É justamente esse o assunto da sua obra mais famosa. Em *O Príncipe*, Machiavelli simplifica a teoria das formas de governo reduzindo-as a duas: principados e repúblicas. Devemos dissipar qualquer dúvida de que seu principal interesse seja também aí a fundação de um Estado totalmente novo ou a total reforma de um Estado pré-existente e que a teoria da *virtù* se aplica sobretudo ao fundador desse Estado. Com efeito, "tendo já tratado das repúblicas" nos *Discorsi*, Machiavelli tratará agora dos principados e inicia tratando daqueles hereditários, nos quais as dificuldades de manter o poder são reduzidas pois o príncipe "tem menos necessidade de ofender".¹⁵ Trata a seguir dos principados mistos, nos quais um território novo é agregado a um Estado antigo. Sugere então que o príncipe ou vá morar no território conquistado ou nele organize colônias.¹⁶ No capítulo seguinte tratará da dificuldade de conquistar e da facilidade de governar um Estado onde todos são servos do príncipe, inclusive os seus ministros; tratará também da facilidade de conquistar e da dificuldade de preservar o poder nas monarquias onde barões têm apoio popular e a autoridade da tradição¹⁷; e, finalmente, da dificuldade de manter o poder numa república, regida por leis próprias, onde reinava a liberdade.¹⁸ Machiavelli não poupa elogios a tais repúblicas: nelas "há mais vida, o ódio é mais poderoso, maior é o desejo de vingança. Não deixam nem podem deixar repousar a memória da antiga liberdade".¹⁹

No capítulo 6 de *O Príncipe*, Machiavelli tratará dos principados absolutamente novos. Cita aí aqueles que lhe são mais dignos de louvor: Rômulo, Moisés, Ciro e Teseu. Diz ele: "nos principados totalmente novos, governados por príncipes novos, na luta pela conservação da posse, as dificuldades estão na razão direta da capacidade de quem os conquistou".²⁰ A maior dificuldade porém não é a conquista mas a manutenção do poder conquistado, pois, como ele mesmo já alertara, "os homens mudam voluntariamente de senhor, crendo melhorar; e esta crença os faz tomar armas

¹⁵MACHIAVELLI, N. *Il Principe*. Op. cit., cap. 2.

¹⁶Id., cap. 3.

¹⁷Id., cap. 4.

¹⁸Id., cap. 5.

¹⁹Id., ibid.

²⁰Id., cap. 6.

contra o senhor atual; do que se enganam e vêem por experiência ter piorado".²¹ O êxito do príncipe é diretamente proporcional a sua *virtù*. "Aqueles que, por vias virtuosas, se tornam príncipes, conquistam o principado com dificuldade, mas com facilidade se mantêm".²² As dificuldades da manutenção do poder se devem à necessidade de ofender a população do Estado conquistado e à necessidade de instaurar uma nova ordem legal: não há nada mais difícil nem de êxito mais duvidoso do que o estabelecimento de novas leis, pois "o novo legislador terá por inimigos todos aqueles a quem as antigas leis beneficiavam, e terá tímidos defensores nos que forem beneficiados pelo novo estado de coisas".²³ A primeira obrigação do príncipe ou do pleiteante ao principado é pois organizar um Exército eficiente que lhe seja fiel, assegurando-se assim da manutenção do poder conquistado. Examinemos portanto como ele deve ser organizado para posteriormente tratar das implicações políticas de tal organização.

A organização do Exército

O declínio do Exército feudal se deveu não tanto à introdução da pólvora e da Artilharia na organização militar de então, mas principalmente ao declínio dos valores nobilitários - valores morais, religiosos e militares.²⁴ O funcionamento do Exército estava estreitamente vinculado ao sistema social da Idade Média, baseado na economia agrícola e auto-suficiente dos feudos. O cavaleiro assumia obrigações militares em troca do feudo. A Igreja, por outro lado, supervisionava as atividades seculares dando-lhes legitimidade moral e legal.²⁵ As guerras eram esporádicas e os treinamentos militares também. Como, além disso, os feudos eram auto-suficientes, a coesão do Exército era débil. Por conseguinte, raramente havia unidade de comando. A unidade do Exército dependia unicamente do dever moral dos vassalos perante o suserano. Todavia, a rápida expansão da economia monetária provocada pelo

²¹Id., cap. 3.

²²Id., cap. 6.

²³Id., ib.

²⁴GILBERT, Felix. "The Renaissance of the art of war". In: PARET, Peter (ed.). *Makers of modern strategy*, New Jersey, Princeton University Press, 1986, pp. 12ss.

²⁵Id., ib., pp. 12 e 13.

comércio no Mediterrâneo abalou as bases agrícolas da sociedade medieval.²⁶ As cidades italianas/ apoiavam-se totalmente em soldados mercenários. "Desde o século XIV, a Itália tornara-se a "terra prometida" de todos os cavaleiros para quem a guerra era principalmente um meio de fazer dinheiro".²⁷ Não obstante, a transição do Exército feudal para o nacional e profissional se deu muito lentamente. Na França, por exemplo, apenas dois séculos depois da morte de Machiavelli é que foi instituído no Exército francês a promoção por mérito; até então a patente de oficial era restrita aos nobres. A profissionalização de um Exército comandado por nobres - a instituição da hierarquia, da disciplina e da organização - só foi possível pelas condições geradas pelo absolutismo que a Itália não conheceu.

Machiavelli foi um dos primeiros a constatar a necessidade de organizar o Exército sob novas regras. Como observador político privilegiado ele constatou dois problemas básicos nos Exércitos de seu tempo: a organização do Exército para a batalha e a utilização de tropas mercenárias e auxiliares. Habitualmente critica-se Machiavelli pela pouca importância que ele atribuiu à Artilharia, não prevendo o seu potencial. Isso não diminui, no entanto, a importância das suas considerações táticas e estratégicas. Apoiado em fatos da antiguidade e coevos, ele fez o elogio da Infantaria em detrimento da Artilharia e Cavalaria. Suas críticas à Artilharia eram basicamente as seguintes: devido ao elevado peso e à baixa capacidade de tiro era pouco versátil; era muito vulnerável ao ataque inimigo e facilmente tomada; sua pontaria era totalmente imprecisa e ineficaz.²⁸ Por esses motivos, a Artilharia seria útil a quem ataca, mas jamais a quem defende. Ora, Machiavelli propôs um Exército ofensivo como o romano, de modo que a Artilharia seria útil como sua aliada, mas dificilmente seria obstáculo ao seu ataque. A Cavalaria, por outro lado, deveria ser uma arma de apoio. Os romanos a chamavam alas, pois eram dispostas nos flancos. Para Machiavelli, a Cavalaria tinha as seguintes limitações: era menos versátil que a Infantaria, pois o

²⁶Id., ib., pp. 12 e 13.

²⁷Id., ib., p. 14.

²⁸MACHIAVELLI, N. *Discorsi*. Livro II, cap. 17.

soldado podia deslocar-se para muitos lugares impenetráveis a cavalo; era mais fácil manter e restabelecer a ordem dos soldados que a da Cavalaria.²⁹

Machiavelli considerava a Infantaria os nervos da guerra. Segundo ele o Exército deveria ser treinado para ir com ímpeto e coragem à batalha. Cavalaria e Artilharia apenas dariam apoio no combate. A vitória deveria ser definida pela Infantaria, pois "para vencer uma Infantaria bem treinada é preciso opor-lhe uma ainda mais disciplinada".³⁰ A Infantaria deveria se compor de três corpos ou brigadas: os lanceiros, o corpo principal e os triários. A primeira brigada teria formação cerrada para resistir ao choque com o inimigo. A segunda deveria ser menos cerrada de modo a acolher os lanceiros sem desordem se estes recuassem e enfrentar com eles um segundo choque. Os triários deveriam dispor-se em formação ainda mais aberta a fim de permitir o recuo das duas primeiras brigadas e unidas enfrentarem o embate derradeiro.³¹ Os Exércitos da época de Machiavelli, entretanto, ou se dispunham em frente muito ampla, mas sem profundidade, ou ainda em frente mais estreita e com maior profundidade, mas em corpos igualmente compactos. O resultado em ambos os casos era a desordem.³²

As críticas de Machiavelli às tropas mercenárias são bastante conhecidas e não me estenderei nelas. Lembremos apenas o que ele diz a seu respeito: os soldados mercenários são

"desunidos, ambiciosos, sem disciplina, infieis, ousados entre amigos, covardes entre os inimigos; não temem a Deus nem confiam nos homens; com eles, tanto se aguarda a ruína quanto se espera o assalto inimigo; os que se entregam a sua proteção são despojados na guerra pelos inimigos, e na paz por eles próprios".³³

Os riscos do uso de tropas auxiliares - requisitadas a um vizinho poderoso para a defesa do Estado - são basicamente os mesmos do uso de tropas mercenárias. Com efeito, "as tropas auxiliares, quando vitoriosas, pilham tanto os vencidos como

²⁹Id., livro II, cap. 18. A respeito da organização tática do Exército ver MACHIAVELLI, N. *A arte da guerra*. Brasília, Ed. UnB, 1987; e *Il Principe*. Op.cit., caps. 12-14.

³⁰Id., livro II, cap. 18.

³¹Id., livro II, cap. 16.

³²Id., ib.

³³MACHIAVELLI, N. *Il Principe*. Cap. 12.

aqueles em cujo nome combateram, para servir à perfídia do seu príncipe, ou pela própria cupidez".³⁴ Além disso, o Estado que alimenta alguma ambição não tem melhor oportunidade de invadir uma cidade ou província do que quando é chamado para defendê-la.³⁵ Cabe observar ainda que, para Machiavelli, os problemas da organização do Exército para a batalha e da utilização de tropas mercenárias ou auxiliares estão intimamente ligados. O príncipe ou a república não tem sobre elas o controle efetivo exigido para organizá-las da maneira adequada. A utilização de tropas mercenárias era, segundo ele, a principal causa da preponderância da Cavalaria nas batalhas de então, bem como do colapso militar das cidades italianas.³⁶ Por outro lado, uma Infantaria ofensiva, apta a vitórias-relâmpago, "capaz de impor sua vontade ao inimigo" no campo de batalha, exigiria um grande estímulo por parte do Estado que defendesse e não há maior estímulo do que a justiça nele reinante: "justiça e armas" - diz Machiavelli - "são o alicerce do Estado". Não há povo ou Exército que lute com mais ímpeto do que aquele que luta pela própria liberdade.³⁷

O Exército proposto por Machiavelli teria portanto um caráter popular. Ele seria formado basicamente pela Infantaria composta por camponeses que lutariam para defender suas terras dos invasores estrangeiros e da cobiça dos seus conterrâneos poderosos. Tais combatentes não teriam na guerra uma forma de vida como as tropas mercenárias; continuariam vivendo da cultura de suas terras e seriam treinados nos feriados religiosos. Aos olhos de Machiavelli, um Exército assim organizado, com um contingente de 30.000 homens, estaria apto a vencer qualquer batalha.

³⁴ Id., *Discorsi*. Livro II, cap. 20.

³⁵ Id., *ib.*

³⁶ Id., cap 18.

³⁷ Refiro-me ao já citado capítulo 5 de *O Príncipe*. Felix GILBERT assinala vários meios de motivar os combatentes: "um comandante deve enfatizar que os perigos de derrota são grandes, de modo que os soldados lutem com a coragem do desespero. O mais forte incitamento à coragem e ao entusiasmo, porém, é conseguido com o sentimento de um envolvimento moral. O serviço da guerra deve ser considerado uma obrigação religiosa". Mas principalmente, "o entusiasmo patriótico só poderia ser esperado de um Exército composto por homens lutando pela sua terra natal". Op. cit., p. 26.

A teoria da *virtù*:

A violência como meio extraordinário do príncipe

Machiavelli tinha clara consciência das implicações da organização de um Exército segundo os moldes que propunha: as tropas mercenárias serviam aos interesses dos poderosos que podiam contratar os seus serviços. Ao tomar o poder do Estado, o príncipe encontraria a oposição de todos os favorecidos pela ordem por ele destituída. Deveria então buscar o apoio do povo para vencer tal oposição, daí o caráter popular do Exército que propôs. Não há dúvida de que o príncipe deve aniquilar os inimigos da nova ordem, extinguindo, por exemplo, a linhagem do monarca destronado³⁸ ou os descendentes daqueles despojados quando da sua ascensão ao poder.³⁹ Por outro lado, além da oposição interna, o príncipe certamente encontraria inimigos entre forças estrangeiras: soberanos e poderosos que se vissem ameaçados ou cuja ambição os levasse a fazer-lhe a guerra. Em outras palavras, o príncipe disputaria a soberania ou o monopólio do uso da violência no Estado por ele fundado.

A conquista do Estado exige recursos extraordinários do príncipe. Esses recursos são a força e as armas. Obviamente a conquista do Estado não se dá por vias legais ou institucionais. A ação do príncipe é ilimitada. Nenhuma consideração de caráter moral ou legal deve limitar a sua liberdade de ação. O único limite que se impõe é de ordem meramente técnica: a ação deve ser eficaz, deve atingir resultados seguros. A crueldade pode ser mal ou bem praticada: bem praticada é aquela exercida de uma só vez e substituída por pequenos e rotineiros benefícios para os súditos; a mal praticada é a que, ainda que pequena a princípio, não se extingue e até aumenta com o tempo.⁴⁰ Como não há limites legais ou morais para a ação do príncipe, a violência é também indiscriminada. O príncipe não distingue inimigo externo (ação militar) de inimigo interno (ação policial) quanto a aplicação da violência. Em ambos os casos, o único limite que se impõe é determinado pela eficácia da ação: trata-se de um limite de caráter meramente técnico. Além disso, os limites territoriais do Estado não estão dados previamente, são outrossim determinados por fatores históricos,

³⁸MACHIAVELLI, N. *Il Principe*. Cap. 3.

³⁹Id., cap. 7. A esse propósito ver também os *Discorsi*. Livro III, cap. 4.

⁴⁰Id., cap. 8.

conjunturais e estrangeiros àquele Estado. A ação do príncipe, enquanto recurso extraordinário, pressupõe a inexistência do Estado, pois "onde o desregramento é universal, não há leis nem instituições que o possam reprimir. De fato, os bons costumes só podem ser preservados com o apoio de boas leis e a observação das leis exige bons costumes".⁴¹ Em outras palavras, a violência física é ilimitada e indiscriminada porque, para Machiavelli, de resto como para Clausewitz, "não há violência moral fora das idéias de Estado e de lei".⁴²

A disputa pelo monopólio do uso da violência exige o aniquilamento das forças inimigas do príncipe, isto é, dos poderosos, dos *condottieri* e de suas tropas, e de forças invasoras do Estado. Tal disputa implica necessariamente a guerra, por isso "um príncipe não deve ter outro objeto nem outro pensamento, nem tomar coisa alguma por sua arte, senão a guerra, seus regulamentos e disciplina; pois ela é a única arte que se espera de quem comanda".⁴³ A ascensão do príncipe ao poder se caracteriza, como toda guerra, por uma violência recíproca entre os adversários. O príncipe combate forças vivas que certamente reagirão à sua ascensão. Para que tenha êxito, ele deverá estabelecer o monopólio da violência, deverá desarmar os inimigos. Enquanto não o fizer poderá ser por eles desarmado. A exigência do desarmamento requer uma máxima mobilização de meios que também é recíproca. Finalmente, a necessidade do desarmamento e da máxima mobilização de meios implica no uso ilimitado da força por parte dos contendentes. O único limite que se impõe à ação é ditado pelos inimigos ou, em outras palavras, pela própria eficácia da ação. Encarada "logicamente", a ascensão ao poder pelo príncipe deve minimizar a imprevisibilidade inerente a uma disputa prolongada com seus inimigos. A ação do príncipe deve ser então decisiva, instantânea, praticada sem hesitação. Não obstante, dada a reciprocidade da violência, há uma indeterminação quanto ao fim do caráter extraordinário daquela ação. Lembrando Clausewitz, "qualquer guerra seria necessariamente reduzida a uma decisão única ou a várias decisões simultâneas se os

⁴¹MACHIAVELLI, N. *Discorsi*. Livro I, cap. 18.

⁴²CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo, Martins Fontes, 1979, livro I, cap. 1, p. 73.

⁴³MACHIAVELLI, N. *Il Principe*, cap. 14.

meios disponíveis com vistas a luta fossem todos postos em prática ao mesmo tempo ou pudessem sê-lo"⁴⁴, e se a ação não dependesse das decisões dos adversários.

A resolução é a qualidade fundamental do príncipe. Por ela entenda-se a capacidade e prontidão para o uso da violência de maneira extraordinária e decisiva, sem hesitação. A violência é extraordinária pois é ilimitada, e decisiva na medida em que desarma os inimigos e estabelece o monopólio da violência. O controle do príncipe sobre o Exército é essencial para o seu êxito, pois, como vimos, a necessidade de ofender - isto é, de fazer uso da violência - é intrínseca à fundação da nova ordem estatal. Não obstante, seria um equívoco pensarmos que as qualidades do príncipe se reduzem ao uso da violência. Além da resolução, isto é, da prontidão para o uso da violência de maneira decisiva, o príncipe encarna duas qualidades intelectuais: a astúcia e a sagacidade. A astúcia é a capacidade de ludibriar seus adversários valendo-se inclusive da sua ingenuidade ou boa fé; ela é capacidade de dissimulação. A sagacidade é a capacidade de aplicar o conhecimento dos fatos da antigüidade ou as opiniões dos conselheiros às circunstâncias que venha a enfrentar; é portanto uma capacidade de análise político-estratégica. A sagacidade é, em outras palavras, sabedoria prática. Essas duas qualidades exponenciam a eficácia da resolução, mas se lhe subordinam, pois ela é decisiva.⁴⁵

Sem dúvida o que garante o êxito do príncipe é a força que ele detém em suas mãos. A força é enquanto tal seu meio privilegiado e eficaz. No entanto, a força é acumulável e o príncipe pode usar de vários meios para ampliá-la. A conquista, o crime, o genocídio, a lei por ele imposta ou mesmo o pacto com' o diabo são meios justificados pelos fins.⁴⁶ A *virtù* se caracteriza assim por uma multiplicidade de meios

⁴⁴CLAUSEWITZ, C. Op. cit., livro I, cap. 1, p. 78. Se para Clausewitz esse fato funciona como um moderador da ação militar, para Machiavelli, apenas implica a indeterminação do caráter extraordinário da ação do príncipe. A diferença essencial entre ambos é que, para Clausewitz, diante do imprevisível da ação militar, mantém-se na previsível estabilidade da ação política; enquanto, para Machiavelli, diante da desesperante instabilidade da política, opta-se pela ação militar estabilizadora. Em outras palavras, para Clausewitz, os Estados são fatos dados no sistema internacional europeu, para Machiavelli todavia o Estado é algo a ser criado pelas mãos do príncipe.

⁴⁵*Résolution, ruse, sagacité* são as qualidades fundamentais do príncipe, segundo PHILONENKO, Alexis. "Machiavel et la signification de la guerre". In: *Essais sur la philosophie de la guerre*, Paris, Vrin, 1976, pp. 21-22.

⁴⁶Não nos esqueçamos que, para Machiavelli, a religião deve estar a serviço do Estado. Ver os *Discorsi*, livro I, caps. 11 a 15; e *Il Principe*, cap. XVIII.

dos quais o uso da violência é o meio privilegiado. Porém a força além de acumulável é mobilizadora, pois "os homens mudam voluntariamente de senhor". A conquista de cidades e províncias não é portanto apenas um fim, mas também um meio pelo qual o príncipe mobiliza ou acumula forças. O príncipe ao livrar as províncias italianas dos bárbaros estrangeiros mobilizaria as suas populações. A trajetória de César Bórgia é exemplar a esse respeito. Entre 1499 e 1502 ele amplia as suas conquistas e seu poder e nem por isso tinha como garantida a manutenção dos territórios conquistados.⁴⁷ Sem dúvida, enquanto meio privilegiado, a aquisição da força "justifica" outros meios e é, neste sentido, também um fim. Todavia, para que a própria força seja "justificada" e, dessa maneira "justifique" seus próprios meios, é necessário que um fim último a "justifique".⁴⁸ Este fim último representado na preservação do Estado é, na verdade, a segurança⁴⁹, a liberdade⁵⁰ e a prosperidade⁵¹ dos cidadãos. A força é acumulativa e mobilizadora certamente, mas, para que seja "justa", ela deve visar a manutenção do poder conquistado e resgatar as províncias italianas dos bárbaros estrangeiros.⁵²

⁴⁷Cf. *Il Principe*, cap. VII.

⁴⁸Alguns consideram a força ou o poder o fim último do Estado. Vale a pena lembrar a esse respeito o lapidar debate entre Raymond Aron e Anatole Rapoport reproduzido por Aron em ARON, R. *Pensar a Guerra, Clausewitz*. Brasília, Editora UnB, 1986, vol. II, p.129. Segundo Rapoport os neoclausewitzianos, entre os quais inclui Aron, consideram que "o objeto da política internacional é o poder e o poder é adquirido e mantido pela violência". Aron, por sua vez, não aceitando o rótulo de neoclausewitziano responde: "se para pertencer a corte dos neoclausewitzianos, basta admitir que "o mundo é uma coleção de Estados", eu me encontro em companhia de muita gente". Em seguida, Aron replica: "não aceito essas duas proposições [as de Rapoport, reproduzidas acima]: a violência ou o emprego da força permanece sendo um componente das relações interestatais, ela não constitui nem o seu fim último, nem seu meio exclusivo".

⁴⁹MACHIAVELLI, N. *Discorsi*. Livro I, cap. I.

⁵⁰Id., livro I, caps. 4-10-16-17-18; livro II, cap. II.

⁵¹Id., livro II, cap. II.

⁵²MACHIAVELLI, N. *Il Principe*. Cap. XXVI. "Iustum enim est bellum quibus necessarium, et pia arma ubi nulla nisi in armis spes est" (Em verdade, justa é a guerra para quem é necessária, e piedosas as armas quando não há nenhuma esperança senão nelas).

O maquiavelismo e a técnica política

Certamente *O Príncipe* é e pode ser lido como um manual de ação política. A expressão é apropriada pois trata-se, nesse caso, de uma obra eminentemente técnica. Nela, Machiavelli insiste nos meios e deliberadamente descuida dos fins. Os fins são a conquista e manutenção do poder do Estado. Os meios são ilimitados: qualquer meio eficaz, praticado por homens virtuosos no passado, ou criado pela imaginação fecunda do príncipe. O fim é redundante: o poder do Estado visa sua própria manutenção. Podemos mesmo dizer que o fim é indeterminado, pois a manutenção do poder do Estado pode ser encarada como meio. Com efeito, tal poder serve a diversos fins. De modo que podemos definir a redução da política a mera técnica simplesmente pelos meios ilimitados de que ela lança mão. Para designar a doutrina dos meios ilimitados, cunhou-se a expressão "maquiavelismo". O maquiavelismo serviu ao Estado absolutista e serve à doutrinas da Razão do Estado, a práticas e doutrinas totalitárias, aos interesses dos detentores do poder de Estado e aos tiranos em geral.⁵³ Porém, seria um grande equívoco e injustiça para com Machiavelli confundir sua teoria política com o maquiavelismo. Tratemos então de fazer as devidas distinções.

Para Machiavelli, os meios ilimitados são um recurso extraordinário do príncipe exigido para a fundação e reforma do Estado. Se quiser ser louvado, ele deve buscar o bem comum, qual seja, a manutenção do Estado, da ordem e das leis. O príncipe faz a guerra por necessidade, para conquistar ou preservar o Estado, o tirano a faz por pura cobiça.⁵⁴ Se, num primeiro momento a violência do príncipe deve ser desmedida

⁵³A respeito do maquiavelismo ver BOBBIO, N. *Direito e Estado no pensamento de Kant*. Brasília, ed. UnB, 1984, pp.11-15. Segundo o autor, o problema fundamental do Estado constitucional moderno é o problema dos limites do poder estatal. O maquiavelismo é, segundo ele, o exemplo acabado de Estado sem limites. Raymond ARON, por outro lado, faz interessante comparação entre o fascismo e o maquiavelismo. Ver a esse respeito o seu artigo, "Le machiavélisme, doctrine des tyrannies modernes". In: *L'homme contre les tyrans*, Paris, Gallimard, 1946. Em outro artigo publicado no mesmo livro, Aron observa que "o nacional-socialismo desagrega progressivamente a idéia mesma da lei. Ele justifica o reino da violência, ele o legaliza, ele tende a fazê-lo passar por legítimo". Ainda segundo Aron, "Hitler não é somente chefe do Estado e legislador mas também juiz supremo". Cf. ARON, R. "De la violence à la loi". Op. cit, p.297.

⁵⁴Assim, não é de causar surpresa o fato de Machiavelli afirmar em *A Arte da Guerra* que os soldados devem amar a paz. Afirmação que, todavia, parece ter surpreendido F.GILBERT (cf. op.cit., p.24). Philonenko, por outro lado, afirma que o príncipe é a ocasião da guerra e o povo a sua causa,

ou ilimitada, sua ação visa a redução da violência".⁵⁵ Segundo Machiavelli, "enquanto a república romana permaneceu sem mácula, nenhum soldado fazia a guerra em benefício próprio nem se envolvia em aventuras tirânicas".⁵⁶ Ainda segundo ele, foi a prorrogação dos comandos militares que levou à escravização dos romanos:

"Quanto mais os romanos se afastavam com as armas, tanto mais lhes parecia tal prorrogação necessária, e mais a usaram, o que provocou dois inconvenientes. O primeiro foi que um número menor de homens se exercitaram no comando, e por isso a reputação se restringiu a poucos; o outro que, estando um cidadão muito tempo comandante de um exército, o cativava e o fazia seu partidário; então aquele exército com o tempo esquecia o Senado, e só reconhecia aquele comandante".⁵⁷

É também nos *Discorsi* que Machiavelli fala de como devem ser recriminados os tiranos. Além de arruinar a república eles corrompem os Exércitos. Um bom príncipe governa em segurança, sem necessidade de guarda pretoriana, em meio a súditos pacíficos, com o mundo em paz e dirigido pela justiça; o Senado em plena autoridade, os magistrados em toda dignidade, os cidadãos com riqueza opulenta.⁵⁸ Os tiranos, ao contrário, podem ser vistos

"ensangüentados em guerras atroz, sedições e discórdias; cruéis na guerra e na paz; tantos príncipes mortos pela espada, tantas guerras civis, tantas externas; a Itália aflita e cheia de novos infortúnios as cidades saqueadas e em ruínas".⁵⁹

quando na verdade o príncipe faz a guerra por necessidade. Fazer a guerra é um imperativo da fundação do Estado. PHILONENKO, A. Op.cit., pp 19-21.

⁵⁵"Vê-se que ela (a Itália) roga a Deus envie alguém que a redima dessas crueldades e insolências dos estrangeiros", a esse respeito ver MACHIAVELLI, N. *Il Principe*. Cap. XXVI.

⁵⁶MACHIAVELLI, N. *A arte da guerra*. Op. Cit, p.24.

⁵⁷Id., *Discorsi*, livro III, cap. 24.

⁵⁸Id., ib., livro I, cap. 10.

⁵⁹Id., ib.

Aos príncipes cabe portanto reformar o Estado para garantir a segurança dos seus cidadãos:

"E, seguramente, buscando um príncipe a glória do mundo, deverá desejar possuir uma cidade corrupta, não para arruiná-la de uma vez como César, mas para reordená-la como Rômulo".⁶⁰

A tarefa do príncipe é portanto bem mais árdua do que gostariam os tiranetes, o seu fracasso poderia ser pago com a própria morte. O abuso da violência poderia despertar o ódio do povo e propiciar conspirações. O príncipe deveria portanto minimizar a violência tão logo quanto possível, garantir a segurança dos cidadãos e amparar-se na lei. Todavia, as monarquias e tiranias se fundam igualmente no governo de um só e são tão semelhantes que o risco de um príncipe amanhecer tirano é permanente. Por mais edificante que seja sua obra, ela encerra um defeito genético: o caráter da instabilidade e efemeridade. Por isso, para que o Estado tenha melhores condições de garantir a ordem, a lei e a segurança dos seus cidadãos, para que se mantenha num governo estável e duradouro, é preciso conferir-lhe uma constituição republicana. Com efeito, é a constituição mista da república que melhor garantiria a execução dos fins do Estado.

Principados e Repúblicas

O príncipe virtuoso, ao fundar ou reformar o Estado, realiza uma obra fundamental não só para o seu povo, mas para todos os povos. Efetivamente, todos aqueles que legaram a seus povos boas constituições são dignos de louvor e exemplos a serem seguidos. Contudo, a monarquia, de resto como todas as formas simples de governo, está sujeita à *anacyclósis*. Para resgatar o Estado do império do instável e do efêmero, é imprescindível organizar um governo misto. Tal governo é a república, composta de partes de cada forma de governo simples e essencialmente boa. A república é parte monárquica, parte aristocrática e parte democrática. Como se sabe,

⁶⁰Id., ib.

para Machiavelli, a república mais bem acabada foi a romana.⁶¹ Os romanos, querendo reduzir o poder monárquico, instituíram o consulado, delegando-o a dois cônsules que preservariam o aspecto positivo da monarquia: a autoridade e realeza da lei. O Senado foi então instituído para que os aristocratas - os patrícios - tivessem seu quinhão de poder. Finalmente, para que os patrícios não oprimissem a plebe, foi também a ela conferida representação na república com a instituição dos tribunos do povo. De modo que, composto com um princípio monárquico, outro aristocrático e um terceiro democrático, o governo se equilibrava sobre esses três poderes. Com efeito, a aristocracia, tendo representação legal no governo para coibir os excessos do rei, não precisaria depô-lo por tais excessos; do mesmo modo, o povo não precisaria depor o governo devido à opressão da aristocracia, pois ele também tinha representação legal no governo; e o povo, por sua vez, estava sob o jugo da autoridade monárquica para que respeitasse as leis. Além disso, no caso da república romana, o fato do princípio monárquico ser dividido entre dois cônsules minimizava a identificação entre os interesses do Estado e os seus interesses egoísticos.

A consequência direta da composição mista da república romana foi o caráter extremamente tumultuado e conflitivo da sua vida política. A liberdade, o direito à representação política e de acusação pública, teve como resultado a permanente agitação da política romana, mas garantiram a sua grandiosidade, isto é, o vasto território por ela conquistado. Segundo Machiavelli, o tumulto da política romana poderia ser minimizado, mas com prejuízo das suas virtudes militares:

"Aos legisladores de Roma era necessário fazer uma de duas coisas para querer que Roma fosse menos inquieta como as repúblicas supra-citadas (Veneza e Esparta), ou não utilizar a plebe na guerra, como os venezianos, ou não permitir cidadania aos estrangeiros, como os espartanos. E fizeram ambas; o que deu à plebe força e número, e infinitas ocasiões de tumultuar. E se o Estado romano tivesse sido mais quieto, seguia este inconvenientemente, que seria também mais débil, porque se obstruía a via de poder alcançar aquela grandeza onde ele chegou. De modo que querendo Roma impedir os tumultos, impedia também que se ampliasse".⁶²

⁶¹Suas principais instituições são expostas no livro I dos *Discorsi* (caps. 2-8).

⁶²MACHIAVELLI, N. *Discorsi*. Livro I, cap. 6.

Ora, um Estado cuja vida política seja mais tranqüila e pacífica poderá, certamente, ser mais estável e duradouro, porém nem por isso estará livre da roda da fortuna, pois

"havendo ordenado uma república apta a manter-se sem se ampliar, e a necessidade a obrigasse a se desenvolver, ver-se-ia a sua torre desabar sobre seus alicerces, e logo a ruína abater-se sobre ela".⁶³

A partir dessas considerações, percebemos a complexidade do pensamento de Machiavelli e as dificuldades que se impõem aos legisladores e fundadores de Estados. O fim último da política é preservar o Estado. O do Estado é garantir a segurança e prosperidade dos seus cidadãos. A república, por sua vez, é a melhor forma de governo no que diz respeito ao cumprimento desses fins, pois, como vimos, as outras formas de governo são instáveis e efêmeras. Cabe perguntar portanto que papel cumpre a monarquia para a consecução desses fins.

Machiavelli formula a tese monarquista nos *Discorsi* e não poupa elogios às repúblicas em *O Príncipe*. A defesa da monarquia parece colidir com a *anacyclósis* e o elogio da composição mista da constituição republicana. Como então conciliá-las? Como vimos a constituição mista da república se caracteriza por resgatar os aspectos positivos da monarquia, da aristocracia e da democracia. Parece desejável portanto que o príncipe, independentemente de sua vontade, ao fundar o Estado, firme e consolide os alicerces sobre os quais se erguerá a república. O príncipe realiza assim algumas obras que sobreviverão mesmo se - como é desejável - a monarquia for substituída pela república. Posteriormente, para subtrair o Estado da instabilidade das formas simples de governo, seria necessário que legisladores sábios e virtuosos dessem a ele uma constituição mista.

A primeira das realizações do príncipe é a fundação de um Estado soberano perante os bárbaros estrangeiros e, para tanto, a organização de um Exército nacional e popular seria fundamental. Como vimos, a organização do Exército e a fundação do Estado são interdependentes: o príncipe se apodera do Estado na medida em que comanda um Exército e mobiliza o Exército na medida em que se apodera do Estado. Outra obra fundamental do príncipe é "nivelar" a população do Estado, pois "a desigualdade é causa da corrupção dos costumes". O príncipe deve apoiar-se no povo

⁶³Id., ib.

e dizimar a elite ociosa que vive às custas da sua opressão, caso contrário, as paixões geradas pela desigualdade, a injustiça e a insatisfação popular disseminarão as conspirações, pois "o povo muda voluntariamente de senhor". Reside aí a tarefa mais árdua do príncipe. Para habituar na lei um povo corrupto é preciso justificar a elite que o oprime, é preciso reparar e ajustar as injustiças cometidas. De modo que o príncipe se volta contra a impunidade reinante na ordem por ele deposta. O príncipe não instaura o reino da arbitrariedade, ao contrário, qualquer arbitrariedade sua não passaria impune.⁶⁴

A soberania perante os demais Estados caminha *pari passu* com a reforma legal empreendida pelo príncipe. É no Estado em que há justiça, em que o povo tem representação legal, que o Exército nacional e popular é mais eficaz. Como vimos, "mais vale a monarquia do que o governo popular para conter um povo cujos costumes se corromperam". O braço régio deverá frear os impulsos destrutivos e anti-cívicos do povo - a violência e o crime disseminados pelo Estado - e canalizar suas paixões contra os inimigos externos. O príncipe unirá um povo cuja corrupção desuniu para reconstruir o Estado. A identificação entre chefia militar e chefia política é essencial para que o príncipe tenha êxito. Em certo sentido, o povo como um todo - excluída, é claro, a elite opressora - é o exército do Príncipe. Para que seja eficaz, a violência, antes disseminada, será concentrada, disciplinada e corrigida pela lei. A ação do príncipe é caracterizada assim por uma violência extraordinária destinada a reordenar um país no qual reinava a desordem.

O príncipe é uma fera legisferante. Para que um povo corrupto, que perdeu o respeito e temor à lei seja reeducado, é preciso que ele a identifique claramente. Para que o príncipe tenha êxito, ele deve encarnar e personificar a lei e a justiça. O príncipe substitui assim um aparato legal complexo e inoperante por outro, simples mas eficaz. Quanto mais simples o novo aparato legal-institucional, maior a sua possibilidade de êxito.⁶⁵ Com efeito, onde há inúmeras leis, nenhuma ordena. A esse respeito o caso de Ramiro de Orco é lapidar e merece ser lembrado:

⁶⁴A esse respeito ver os *Discorsi*, livro I, cap. 55.

⁶⁵Genaro SASSO fala de como a monarquia serve para simplificar e purificar as instituições da república corrompida. Ver a esse respeito seu estudo "Problemi di critica machiavelliana". Op. cit., pp. 31 a 37. Também a esse respeito é interessante traçar um paralelo entre essas considerações e a

"Logo que apoderou-se da Romanha, e encontrando-a sob o comando de senhores impotentes, os quais tinham espoliado os seus súditos antes que corrigi-los, e dado motivos de desunião, não de união, tanto que aquela província era repleta de latrocínios, de brigas e de toda sorte de insolências, julgou o duque [César Bórgia - o duque de Valentino] que era necessário, se quisesse fazê-la pacífica e obediente ao braço régio, dar-lhe bom governo. E fez seu senhor Ramiro de Orco, homem cruel e expedito, ao qual deu plenos poderes. Este, em pouco tempo, tornou-a pacífica e unida, com grandíssima reputação. Depois julgou o duque não ser necessário tão excessiva autoridade, porque duvidava que não se tornaria odiosa; e constituiu um juízo civil no meio da província, com um presidente excelentíssimo, onde toda a cidade o teve como advogado. E, sabendo que o rigor passado havia gerado algum ódio contra ele mesmo, para purgar os ânimos daquelas pessoas e lucrar em tudo, quis mostrar que, se alguma crueldade ocorreu, não procediam dele, mas da áspera natureza do ministro. E logo que houve ocasião, fez que o exibissem, em praça pública, uma manhã em Cesena, em dois pedaços, com um porrete e uma faca ensangüentada a um canto. A ferocidade desse espetáculo fez aquela gente simultaneamente satisfeita e atônita".⁶⁶

Machiavelli narra acima uma situação limite. A violência, caracterizada pelo próprio autor como cruel e talvez excessiva, garante a eficácia das leis. O príncipe, usando de astúcia, reveste as leis e a si mesmo de uma autoridade que havia se perdido com a degeneração das instituições. De modo que, ao conferir autoridade real à lei, em alguma medida o príncipe passa a personificá-la. Assim, fundando o Estado, organizando o Exército, restituindo a autoridade das leis e dos costumes, o príncipe

dissolução da sociedade medieval pelo Estado absoluto. Segundo Norberto BOBBIO, "o Estado absoluto nasce da dissolução da sociedade medieval que era de caráter eminentemente pluralista. Dizendo que a sociedade medieval tinha um caráter pluralista, queremos dizer que o direito segundo o qual estava regulada originava-se de diferentes fontes de produção jurídica, e estava organizado em diversos ordenamentos jurídicos [direito consuetudinário, direito legislativo, direito científico, direito jurisprudencial]. (...) Com relação à pluralidade dos ordenamentos, pode-se dizer em geral que existiam ordenamentos jurídicos originários e autônomos, seja acima do *regnum*, isto é, a Igreja e o Império, seja abaixo, como os feudos, as comunas, as corporações. Em uma sociedade na qual não existe um poder único e unitário, não existindo portanto um critério único de avaliação jurídica, os limites do poder estão incluídos na sua própria estrutura, segundo o equilíbrio recíproco que os vários poderes produzem com sua *concordia discors* e *discordia concors*. BOBBIO, N. *Direito e Estado no pensamento de Emmanuel Kant*. Op. cit., pp. 11 e 12 (itálicos no original).

⁶⁶MACHIAVELLI, N. *Il Principe*, cap. VII.

acaba por resgatar o sentimento nacional e de cidadania; daí até a constituição da república parece faltar muito, mas um grande passo foi dado.⁶⁷

⁶⁷É lugar comum reprovar Machiavelli por seu suposto amoralismo, pelo elogio que ele faz da violência e da crueldade. Cabe notar que Machiavelli viveu num período de profunda crise moral. Com efeito, o conformismo cristão não parecia apto a resgatar as províncias italianas dos estrangeiros e da sua própria corrupção. Igualmente, nem na família nem na tradição aristocrática - no justo meio, diria Aristóteles - ele poderia fundar uma Moral. Para Machiavelli, apenas o Estado poderia alicerçar a moral do povo; ele era o princípio de qualquer legalidade e moralidade. Lembremos ainda que toda reflexão atual sobre moralidade, legalidade e eticidade, tem como pressuposto a idéia de liberdade natural do indivíduo formulada e difundida pelos filósofos contratualistas somente um século depois e que, no que diz respeito à Moral, só encontrou uma formulação satisfatória em Kant.